

ADILSON JOSÉ CAMPOY

CONTRATO

DE SEGURO
DE VIDA

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

STJ00097833

Contrato de Seguro de Vida

ADILSON JOSÉ CAMPOY



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [02-2014]

Profissional

Fechamento desta edição [24.01.2014]



EDITORA AFILIADA

ISBN 978-85-203-5125-3

575: 994435

SUMÁRIO

Prefácio – MARCIO MALFATTI	7
Apresentação	9
Nota do autor.....	11
1. A ESTRUTURA TÉCNICA DO CONTRATO DE SEGURO.....	19
1.1 O mutualismo	19
1.2 O controle estatal sobre as empresas de seguro	20
1.3 A formação da taxa de prêmio no seguro de vida.....	21
1.3.1 Os regimes financeiros para fixação da taxa de prêmio – Principais modalidades aplicadas ao seguro de vida.....	21
1.3.1.1 O regime financeiro de repartição simples	21
1.3.1.2 Do regime financeiro de capitalização	22
1.4 A importância da técnica na interpretação do contrato	23
2. ELEMENTOS ESSENCIAIS DO CONTRATO DE SEGURO	27
2.1 A garantia.....	27
2.2 O interesse	27
2.3 O risco	28
2.3.1 A delimitação do risco.....	29
2.3.1.1 A exclusão de risco.....	30
2.3.2 A delimitação do risco e a cláusula abusiva	30
2.3.3 O risco e as declarações pré-contratuais.....	33
2.3.3.1 A prestação de declarações pelo proponente – Como se dá	33
2.3.3.2 As declarações de boa e de má-fé.....	35
2.3.3.3 As declarações pré-contratuais e o prévio exame médico	40
2.3.4 O risco e sua agravação	41

2.3.4.1	A agravação e a perda da garantia – Inexigibilidade de nexo de causalidade com o sinistro	42
2.3.4.2	A agravação de risco como risco excluído	45
2.3.4.3	Peculiaridades da agravação de risco no seguro de vida.....	45
2.3.4.4	O seguro de vida, o seguro de acidentes pessoais e a agravação de risco – Comportamento do mercado segurador.....	46
2.4	O prêmio.....	48
2.4.1	Conceito	48
2.4.2	O cálculo do prêmio – Ausência de aleatoriedade	48
2.4.3	A mora	49
2.4.3.1	A exigência de notificação do segurado pelo segurador.....	50
2.4.3.2	A teoria do adimplemento substancial	50
2.4.3.3	A mora e o <i>venire contra factum proprium</i>	51
2.4.3.4	A mora suspende a garantia.....	53
2.4.3.5	A mora e o seguro em grupo.....	54
2.5	O segurado.....	54
2.6	O segurador	56
3.	ASPECTOS DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO DE SEGURO	59
3.1	Contrato comunitário.....	59
3.2	Contrato comutativo	61
3.3	Contrato de adesão	67
4.	O CONCEITO DE CONTRATO DE SEGURO NO CÓDIGO CIVIL.....	71
4.1	O conceito de contrato de seguro no Código Civil	71
4.2	A teoria indenitória – O seguro de dano e o seguro de pessoa.....	72
4.3	A solução adotada pelo Código Civil	73
4.4	O seguro de pessoa com função indenizatória.....	75
5.	O SEGURO DE VIDA PARA O CASO DE MORTE	79
5.1	Aspectos gerais	79
5.2	Principais classificações.....	79
6.	O SEGURO SOBRE A PRÓPRIA VIDA E O BENEFICIÁRIO	81

6.1	Estipulação em favor de terceiro – Espécie.....	81
6.2	A indicação de beneficiário	82
6.2.1	Introdução	82
6.2.2	Aspectos gerais	83
6.2.3	Ato entre vivos	83
6.2.4	Direito próprio do beneficiário	84
6.3	A indicação como ato personalíssimo do segurado	84
6.4	Considerações sobre a liberdade de indicação – A causa motivo, a função econômica e a função social como limitadoras da liberdade – O papel do segurador	85
6.5	Ainda quanto à liberdade de indicação – O companheiro e o concubino.....	90
6.5.1	União estável e concubinato – Distinções	90
6.5.1.1	A união estável.....	90
6.5.1.2	O concubinato	92
6.5.1.3	A distinção entre concubinato e união estável.....	92
6.5.2	O(A) concubino(a) como beneficiário.....	93
6.5.2.1	O concubinato adúltero.....	93
6.5.2.2	O concubinato não adúltero	97
6.5.3	A união estável e o art. 792 do CC/2002 – A substituição do cônjuge pelo companheiro.....	98
6.5.4	A indicação expressa do companheiro ao tempo do contrato	101
6.6	O nascituro e o concepturo como beneficiários	101
6.6.1	A adoção	102
6.7	A pessoa jurídica como beneficiária	103
6.8	Momento da indicação do beneficiário	103
6.8.1	Indicação no ato da subscrição da proposta	103
6.8.2	Indicação posterior	103
6.8.2.1	A necessária comunicação ao segurador da indicação posterior.....	104
6.9	Forma de indicação.....	104
6.9.1	Indicação por escrito.....	104
6.9.2	Outras formas de indicação.....	104
6.10	A interpretação do conteúdo da indicação	107

6.10.1	Indicação individualizada	107
6.10.2	Indicação genérica	107
6.10.3	Indicação conjunta	108
6.10.3.1	Indicação conjunta sem o estabelecimento de quotas	109
6.10.3.2	Indicação conjunta com o estabelecimento de quotas	110
6.11	Ausência de indicação ou a não prevalência da indicação feita.....	111
6.11.1	A solução legal	111
6.11.1.1	Herdeiros legais.....	112
6.11.2	A questão da concorrência entre o cônjuge sobrevivente e os descendentes do segurado.....	113
6.11.3	A questão da concorrência entre o cônjuge sobrevivente e os ascendentes do segurado.....	115
6.11.4	Ausência de herdeiros	116
6.12	Momento da aquisição do direito pelo beneficiário.....	118
6.12.1	Indicação a título gratuito	118
6.12.2	Indicação a título oneroso e renúncia ao direito de substituição.....	118
6.13	A comoriência entre segurado e beneficiário.....	119
6.13.1	Comoriência nas indicações a título gratuito	119
6.13.2	Comoriência nas indicações a título oneroso	121
6.14	Perda do direito pelo beneficiário	121
6.15	Alteração de indicação de beneficiário	122
6.15.1	A regra da licitude de alteração de indicação	122
6.16	A posição do segurador diante da indicação.....	122
7.	O SEGURO SOBRE A VIDA DE OUTREM	125
7.1	Conceito	125
7.2	Sistemas adotados sobre o seguro sobre a vida de outrem	125
7.2.1	O sistema da autorização	125
7.2.2	O sistema do interesse.....	125
7.2.3	O sistema misto.....	126
7.2.4	O sistema alternativo	126
7.3	O sistema adotado pelo Código Civil brasileiro	126
7.3.1	O conceito de interesse exigido pelo art. 790 do CC/2002	127

7.3.1.1	A doutrina e o interesse: jurídico e econômico ou também moral ou afetivo?.....	127
7.3.2	O valor do interesse e sua equivalência com o capital segurado	130
7.3.3	O momento em que deve existir o interesse	130
7.3.4	Defesa do sistema adotado	131
7.4	Indicação de beneficiário no seguro sobre a vida de outrem.....	132
7.5	A perda do direito do contratante por ato do terceiro, portador do risco	133
8.	O SUICÍDIO	135
8.1	O suicídio no atual Código Civil	135
8.2	A interpretação da norma jurídica.....	136
8.2.1	A interpretação gramatical.....	137
8.2.2	A interpretação lógica e a sistemática	137
8.2.3	A interpretação histórica.....	139
8.2.4	A interpretação teleológica	141
8.2.5	O espaço criativo do juiz e a interpretação da lei	143
8.3	Conclusão.....	149
9.	BREVES NOTAS SOBRE O SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS – DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS COM O SEGURO DE VIDA.....	153
9.1	Semelhanças	153
9.1.1	A indicação de beneficiários.....	153
9.1.2	O tempo do contrato	153
9.1.3	A forma de contratação	153
9.2	Diferenças.....	154
9.2.1	Caracterização de sinistro	154
9.2.2	Declarações pré-contratuais no seguro de vida e no seguro de acidentes pessoais	155
9.3	O suicídio e o seguro de acidentes pessoais.....	155
10.	OUTRAS GARANTIAS ATRELADAS AO SEGURO DE VIDA	157
10.1	A garantia de invalidez permanente total ou parcial por acidente	157
10.1.1	Cálculo do valor a ser pago no seguro de acidentes pessoais – A invalidez total e a parcial	157
10.2	As atuais garantias de invalidez permanente e total por doença – A invalidez laborativa e a invalidez funcional.....	159

10.3	A garantia de diárias temporárias por invalidez	161
10.4	A garantia de doenças graves.....	161
10.5	A garantia de despesas médicas e hospitalares	162
10.6	A garantia de diárias por internação hospitalar	162
11.	O SEGURO EM GRUPO	163
11.1	Natureza jurídica	163
11.2	O processo de formação do contrato	165
11.2.1	Contrato de seguro em grupo: um único contrato.....	165
11.2.2	A adesão dos componentes do grupo segurável ao contrato	166
11.3	O grupo segurado	168
11.4	O estipulante	168
11.4.1	A vinculação entre estipulante e grupo segurável.....	169
11.4.2	Das denominadas apólices abertas	170
11.5	O prêmio no seguro coletivo	172
11.5.1	Distinção entre seguro coletivo e seguro à conta de outrem	173
12.	O SEGURO PRESTAMISTA	177
12.1	Conceito	177
12.2	Formas de contratação.....	178
12.3	Capital segurado	178
13.	A INTERMEDIÇÃO	181
13.1	O corretor de seguros.....	181
13.1.1	Ausência de representação legal do segurador pelo corretor de seguros.....	182
13.1.2	Ausência de representação legal do segurado pelo corretor de seguros	183
13.1.3	O papel do corretor de seguros.....	184
13.2	O agente.....	184
	Bibliografia	185